

**AS CAMPANHAS CONTRA A CARESTIA COMO LUTAS POR DIREITOS:  
EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO, LUTA E SOLIDARIEDADE  
DOS TRABALHADORES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1913-1917)**

Kaio César Goulart Alves  
Doutorando em História / PPGHIS/UFJF  
E-mail: kaio.goulart@yahoo.com.br

**Considerações iniciais**

Neste trabalho busco analisar as campanhas públicas de protesto contra a carestia conduzidas pelos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro em duas oportunidades, respectivamente, 1913 e 1917. Parto da constatação de que a intensa mobilização desencadeada em prol da organização dos trabalhadores em sindicatos, os enfrentamentos pela sobrevivência conduzidos a partir das manifestações públicas, e as demandas por direitos sociais apresentadas nos protestos se combinaram nas lutas contra a carestia, compondo, de tal modo, um movimento social singular. Isso considerando a ampla participação popular nos mais de 60 comícios promovidos nas duas oportunidades. As campanhas tomaram as ruas, praças e largos da região central e dos subúrbios da capital federal. Enorme cobertura foi feita nas páginas da imprensa operária, à luz do jornal *A Voz do Trabalhador* e de colunas em *A Época*, bem como da imprensa de grande circulação, como o *Correio da Manhã*, *O Paiz* e *Jornal do Brasil*.<sup>1</sup>

**As primeiras movimentações**

Zé Povo anda exaltado.

Com o calor asfixiante que tem feito  
Fervelhe o sangue: e fica de tal jeito  
Que não se sente em casa sossegado.

---

<sup>1</sup> Embora tenham aparecido em trabalhos importantes da historiografia do movimento operário e da formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, as campanhas contra a carestia foram apenas citadas na maioria das vezes. Ver: (LINHARES, 1977, p. 57; RODRIGUES, 1972, p. 64; DULLES, 1977, p. 33; VIANNA, 1978, p. 57; FAUSTO, 2016, p. 143; GOMES, 1988, p. 127; FICO, 1989, p. 138-139; BATALHA, 2006, p. 172).

Vem para a praça pública  
Grita, protesta contra a carestia;  
Dá vivas à república  
E vivas à anarquia.

Porém, ouvido o popular protesto,  
Em lugar de acatá-lo  
O governo num gesto  
Dá-lhe a resposta: a pata de cavalo

Meus senhores cuidado  
Com o paiol da opinião  
Excessivo é o calor, e em tal estado  
Não espanta que ele arda  
Numa ‘espontânea combustão’  
E saia à rua a procissão  
- Da Bernarda! (A ÉPOCA, 06/03/1913, p. 2).

A historiadora Eulália Lobo observa que a queda dos preços dos principais produtos exportados pela economia brasileira ao lado da redução das importações, implicou no estabelecimento, em meados de 1913, de uma recessão na economia brasileira. Nesse quadro, os salários pagos aos operários/as no Rio de Janeiro sofreram redução, ao mesmo tempo em que ocorria a elevação expressiva dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, como arroz, pão, feijão, banha, milho e açúcar (LOBO, 1978, p. 236). Nesse contexto foram preparadas as primeiras movimentações de resistência contra a carestia de vida.

Em 20 de fevereiro de 1913, em uma reunião realizada na sede do Centro Cosmopolita, situado a Rua do Senado, 215, o protesto popular contra a carestia referido no poema acima teve o seu início. Um jornal operário e mais 11 associações de classe e profissionais, de tipo sindical, estiverem presentes representadas por seus respectivos delegados (CORREIO DA MANHÃ, 21/02/1913, p. 3).

Na ocasião foi fundado o “Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida”, cuja atribuição principal era combater o aumento de custo de vida que assolava, especialmente, as casas proletárias. Presidido pelo advogado socialista Caio Monteiro de Barros, essa força social redigiu uma moção importante, em que constam as suas principais críticas e propostas (CORREIO DA MANHÃ, 21/02/1913, p. 3).

Nesse documento constava uma crítica ao protecionismo praticado pelo Estado em favor dos empresários nacionais, por meio do estabelecimento de tarifas de importação de produtos, em especial os alimentícios. Em função disso, o Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida reivindicava a abolição das tarifas e a entrada livre de taxas dos gêneros de primeira necessidade no Distrito Federal. Havia a intenção de favorecer a concorrência no mercado interno, que na ocasião encontrava-se, de fato, dominado por monopólios.

Após as discussões ocorridas na reunião realizada no Centro Cosmopolita, em que também estiveram presentes militantes que se orientavam pelos princípios da ação direta, uma outra força social, capitaneada por uma parceria entre a Confederação Operária Brasileira (COB) e a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), decidiu, por não concordar com a estratégia de luta adotada pelo Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida (baseada na pressão pelo cumprimento da lei da receita federal), lançar mão de uma outra campanha contra carestia.

Esta, por sua vez, seria voltada não para a reivindicação do cumprimento de uma lei, mas sim para a ação direta, via comícios públicos de protesto, a serem realizados em regiões diversificadas da cidade logo após as “festas carnavalescas”. Sua intenção era obter a redução dos preços dos alimentos, dos aluguéis e dos impostos em geral, além de melhorias econômicas e conquistas de direitos sociais para os/as trabalhadores/as. Além disso, o enfrentamento contra a carestia buscava criticar “a falta de liberdade tão lindamente escrita na constituição da República, mas negada a quem for (exceto aos graúdos)”, e protestar “contra o desleixo, aliás comum, dos senhores da Prefeitura e contra os *trusts* nacionais” (A VOZ DO TRABALHADOR, 01/02/1913, p. 3).

De tal modo, o movimento contra a carestia que se iniciava teve cores diversas. Como um movimento social não homogêneo, as duas práticas sindicais mais importantes do movimento operário na Primeira República organizaram duas campanhas independentes. Militantes reformistas, socialistas, anarquistas e sindicalistas revolucionários estiveram à frente, portanto, dos protestos.

Embora duas campanhas tenham se iniciado na cidade a partir de fevereiro, de fato, a carestia era um mal que afetava todas as pessoas, algumas mais, outras menos, mas o impacto era geral. Pensando sobre essa dimensão ampliada do fenômeno, Caio Monteiro de Barros defendeu a formação de uma frente ampla para superar a carestia. No entanto, tal entendimento não negava a legitimidade da existência de duas campanhas de protesto autônomas.

Segundo o Barros, operários, advogados, funcionários públicos, soldados e comerciantes eram afetados pelo aumento do custo de vida. Isso, por si só, deveria impedir naquela luta contra a carestia o que ele nomeou de “inconveniências” de natureza ideológica. Para Barros, “nesse momento, não se trata de civilismo ou de hermismo, de republicanismo ou de monarquismo, de socialismo ou de libertarismo, de clericalismo ou de anti-clericalismo, ou de coisa semelhante terminada em *ismo*. Não” (CORREIO DA MANHÃ, 25/02/1913, p. 3).

Aos comícios públicos de protesto, a forma hegemônica de protesto, somaram-se, a partir de março, conversas com políticos, bem como a publicação de textos em jornais. Essas foram as principais práticas adotadas nos protestos a partir de então.

Entre os meses de fevereiro e abril de 1913, ocorreram comícios contra a carestia nas seguintes regiões da cidade do Rio de Janeiro: Região central: Largo São Francisco de Paula, Largo da Carioca, Praça Quinze e Praça Mauá; Região mais afastada do centro em que havia indústrias privadas: Bangu, Gávea, Vila Isabel e Jardim Botânico; Região mais afastada do centro em que havia empresa pública: Engenho de Dentro.

Um movimento social não homogêneo possui, conseqüentemente, uma pauta de reivindicações diversificada. Foi o que ocorreu em 1913. O Comitê de Agitação Contra a Carestia visou combater os trusts estabelecidos no comércio de alimentos, bem como a enorme quantidade de impostos federais e municipais praticados; a parceria entre a FORJ e a COB lutou pela redução dos preços dos alimentos e dos valores dos aluguéis, ao lado da apresentação de demandas classistas, como a conquista da jornada de trabalho de oito horas diárias, a equiparação salarial entre homem e mulher e a abolição

do trabalho infantil; finalmente, textos nos jornais diários foram publicados por militantes socialistas e reformistas, como o cigarreiro Mariano Garcia e o jornalista Pinto Machado, com o intuito de obter melhoramentos para a região suburbana, com ênfase na construção de pequenos mercados e feiras livres.

### **Em lutas por direitos**

A parceria entre a COB e a FORJ promoveu o seu primeiro comício em 24 de fevereiro. Estiveram presentes, como oradores, o tipógrafo e ator socialista Ulisses Martins, o também tipógrafo e anarquista Cecílio Villar, além dos alfaiates Antonio Moreira, Candido Costa, e Joaquim Pinto Leal Júnior. Três mil pessoas compareceram ao protesto. Nele criticou-se a “carestia”, a “miséria”, e as “comemorações feitas no Catete” num momento em que os/as trabalhadores/as amargavam a carestia. O comício encerrou-se por volta das cinco e meia da tarde. Logo após, seguiu-se uma passeata até às redações de alguns jornais diários (CORREIO DA MANHÃ, 25/02/1913, p. 3).

Uma carta enviada para o jornal *A Época*, em 2 de março, apresenta o que os/as trabalhadores/as consideravam como seus direitos. Entre as medidas pleiteadas, constava “propor que as mulheres percebam o mesmo salário que percebem os homens”, bem como a disposição para uma “ativa propaganda contra a exploração da infância, procedendo contra os patrões e até mesmo contra os pais que sem imperiosas necessidades mandam os seus filhos menores às bárbaras labutas do trabalho”. Somaram-se a tais demandas outras reivindicações: 1. Redução de 40% nas tarifas que afetam os gêneros de primeira necessidade; 2. Redução, à nível municipal e estadual, de 40% nos gêneros de consumo (recomendação); 3. Abatimento de 30% sobre os valores dos aluguéis; 4. Jornada de trabalho de oito horas diárias para todas as classes trabalhadoras; 5. Organização de uma tabela de salários mínimos de acordo com as necessidades de cada ofício. Assinaram o documento as seguintes associações de trabalhadores: COB, FORJ, Sindicato dos Sapateiros, Sindicato dos Carpinteiros, Sindicato de Ofícios Vários, Sindicato dos Operários Marmoristas, União dos Alfaiates, União Geral dos Pintores, Fênix Caixeiral, Associação Operária Independente e

Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café (A ÉPOCA, 02/03/1913, p. 5-6).

Com o passar dos dias, durante o mês de março, novos comícios foram promovidos. A Associação Operária Independente, fundada em 1912, localizada em Vila Isabel, de tipo educativa e voltada para atividades no âmbito do bairro promoveu, no dia 2 de março, na Praça 7 de Março, um comício contra a carestia (A VOZ DO TRABALHADOR, 02/03/1913, p. 1).<sup>2</sup> Nesse comício foi notável as presenças de uma liderança socialista, o tipógrafo Ulisses Martins, membro da Confederação Brasileira do Trabalho (CTB) - um misto de partido político e central sindical -, e de um militante anarquista, Pedro Matera. Na ocasião, Matera era o responsável pela direção da Associação Operária Independente.

Essa participação conjunta entre socialistas e anarquistas nos protestos se repetiria em mais uma dezena de comícios. Esse fator aponta para uma possível crença compartilhada pelos militantes e trabalhadores/as não organizados de que aquele movimento era maior que as rivalidades ideológicas e políticas do movimento operário (ALVES, 2014, p. 87). É possível, tal como ocorreu no movimento abolicionista durante a década de 1870, que o movimento contra a carestia constituiu-se como um catalizador de correntes políticas distintas e de lideranças não-operárias na condução de lutas compartilhadas contra algo que afetava a maioria da população.<sup>3</sup>

Em 5 de março foi o Comitê de Agitação Contra a Carestia quem organizou novo comício. Os oradores no Largo de São Francisco de Paula falaram para uma multidão de quatro mil pessoas (FICO, 1989, p. 137). Ao fazer uso da palavra, Barros observou que “se o presidente faltar à sua promessa [de dar cabo à carestia], coloca-se

---

<sup>2</sup> Em sua sede, situada a Rua Souza Franco, 64, a Associação Operária Independente oferecia aulas diurnas para meninos e meninas, enquanto aulas noturnas eram ofertadas para adultos (BATALHA, 2009, p. 195). Essa experiência demonstra que não somente associações de tipo sindical se envolveram com as campanhas contra a carestia.

<sup>3</sup> De acordo com Marcelo Badaró Mattos, associações e lideranças se articularam em torno do movimento abolicionista, que se constituiu como um catalizador, criador de laços entre os agentes sociais interessados na luta pelo fim do sistema escravista (2009, p. 58).

fora da lei. E é fora da lei que então deve ser tratado”. Por fim, ele destacou: “o direito só se consegue na luta”.

Os operários João Amazonas e Vicente Nunes Ferreira falaram com “entusiasmo”, e criticaram as atitudes da República para “com o seu povo”. Após as seis da tarde, com o fim do comício, os presentes seguiram em passeata até a redação do *Correio da Manhã*. Nesse comício a repressão se fez presente. Foram mantidas presas 10 pessoas na 2ª Delegacia Auxiliar em decorrência de participação no *meeting*. Também ocorreram agressões, como a do soldado conhecido por “Moleque Galdino” contra um empregado da Faculdade de Medicina, de nome Manoel Pedro. Álvaro José e Pedro Cavalcanti também relataram terem sido presos sem justificativa (CORREIO DA MANHÃ, 06/03/1913, p. 3).

### **O “comício monstro”: 16. III. 1913**

Novas manifestações ocorreram nos dias 6, 8, 9, 10, 11 e 13 de março, resultando inclusive em prisões de alguns oradores (ALVES, 2014, p. 83). Fato de maior amplitude, o comício de 16 de março realizado no Largo de São Francisco de Paula foi a manifestação mais abrangente, em termos de publicidade e de participação popular, conduzida pelo movimento contra a carestia até então. O assim chamado “comício monstro” foi previamente convocado em nome da “classe trabalhadora e do povo brasileiro em geral, para protestar e resistir contra essa bárbara e iníqua forma de matar pela miséria”. Além das demandas econômicas já conhecidas, a convocação falava sobre a defesa de “outras melhorias de alcance social” (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/03/1913, p. 2). O boletim divulgado pela dobradinha COB/FORJ dizia o seguinte:

Para reafirmarmos as reclamações populares contra a carestia de vida e as bases de ação com as quais melhor alcançaremos a vitória, convidamos o povo em geral a comparecer ao comício monstro que se realizará no domingo, 16 do corrente, às 4 horas da tarde, no Largo de São Francisco de Paula. Toda população sofredora deve concorrer a esta grande manifestação, de caráter nacional, pois, nela se farão representar quase todas as sociedades operárias do Brasil. TODOS AO COMÍCIO!

*Confederação Operária Brasileira*  
*Federação Operária do Rio de Janeiro* (A ÉPOCA, 15/03/1913, p. 3).

Às quatro da tarde, na sede da FORJ, havia “vinte e tantas delegações com os seus respectivos estandartes”. As associações dirigiram-se para o Largo de São Francisco de Paulo entoando o canto da Internacional. O comício teve início às 4 e meia da tarde. Já havia “uma multidão superior a 10 mil pessoas” no largo. O delegado de polícia Frutuoso Aragão dirigiu-se aos organizadores da manifestação e disse que o governo não tinha o interesse de “impedir aquela reunião” (A VOZ DO TRABALHADOR, 01/04/1913, p. 3).

Diante da escadaria da Escola Politécnica, estavam representadas, com os seus estandartes, as seguintes associações: União Gráfica de São Paulo, Federação Operária de Santos, Sociedade Operária de Franca, Movimento Operário de Sorocaba, Federação Operária do Rio Grande do Sul, União dos Estivadores do Rio Grande do Sul, Sociedade Brasileira Irmãos Artista de Juiz de Fora, Círculo Operário Fluminense (RJ), Confederação Brasileira do Trabalho (RJ), União dos Alfaiates (RJ), Sindicato dos Estucadores e Pedreiros (RJ), Sindicato Operário de Ofícios Vários (RJ), Centro dos Marmoristas (RJ), Centro dos Sapateiros (RJ), Sindicato dos Trabalhadores em Pedreiras (RJ) e União Geral dos Pintores (RJ) (CORREIO DA MANHÃ, 17/03/1913, p. 3). Associações operárias dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul enviaram representantes para a manifestação.

Estandartes com dizeres “querem é poder, salve o 1º de Maio”, “abaixo aos trusts”, “morra a carestia de vida” e “A Voz do Trabalhador contra a carestia de vida” destacaram-se em meio à multidão que acompanhava o comício (CORREIO DA MANHÃ, 17/03/1913, p. 3). O tipógrafo anarquista Cecílio Villar foi o primeiro orador. Em sua fala ele destacou que “a classe trabalhadora estava sob a exploração dos trusts”, e que somente com a organização nos “sindicatos de resistência” era possível superar aquela situação de carestia generalizada. O anarquista baiano e dirigente da COB Rozendo dos Santos também falou nesse sentido, e convocou os trabalhadores para associarem-se aos sindicatos. O socialista Ulisses Martins, em sua fala, hostilizou a

imprensa que apoiava o movimento, e devido as vaias que recebeu teve de deixar a escadaria de onde falavam os oradores. Eustáquio Silva, membro da associação Fênix Caixeiral, falou em defesa da “luta do proletariado contra a carestia”. Após a conclusão das falas, uma passeata seguiu em direção a sede da COB. Passou-se pela Rua do Ouvidor, pela Avenida Central e pela Rua Barão de São Gonçalo, entre outras. Após chegar no destino final, os presentes acompanharam novos discursos. O *meeting* teve fim às sete e meia da noite. Não sem prisões e outros episódios de agressões cometidas pela polícia. Armando da Fonseca, Luis Fontes Braulio e Germando da Fonseca deram queixas de agressões cometidas pela polícia ao *Correio da Manhã*. O anarquista Pedro Matera foi preso, embora não tenham sido encontradas informações do local e da razão. Outros estrangeiros que foram agredidos não tiveram os seus nomes divulgados.

No “comício monstro” foi lida uma moção em que se reafirmava a disposição dos trabalhadores em seguir protestando contra a carestia e pela conquista de direitos. No texto constava uma dura crítica: “se os cidadãos têm a obrigação de conhecerem as leis do regime imperante e o espírito dessas mesmas leis, com mais motivo os dirigentes têm o dever de conhecer as necessidades dos cidadãos” (A VOZ DO TRABALHADOR, 01/04/1913, p. 3).

### **Das lutas contra a carestia à organização do Segundo Congresso Operário Brasileiro**

Como parte dos processos de reorganização da FORJ, iniciado em 1912, e da COB, em começos de 1913, a campanha contra a carestia por elas organizada se inseriu num contexto de intensa mobilização em prol da criação de novos sindicatos e da ampliação do número de trabalhadores associados aos mesmos. Tal intenção foi manifesta já no primeiro número de *A Voz do Trabalhador*, em janeiro de 1913, quando se iniciaram os preparativos para a realização do Segundo Congresso Operário Brasileiro (isso considerando o 1º Congresso realizado em 1906) (MATTOS, 2009, p. 55).

Segundo informações presentes no relatórios da FORJ e da COB, enviados à comissão organizadora do Segundo Congresso, duas campanhas contra a carestia foram realizadas entre janeiro e abril de 1913 na cidade do Rio de Janeiro (HALL; PINHEIRO, 1979, p. 172-173). O combate à carestia se deu de forma ampla. Sobreviver e se organizar se combinaram nos protestos chamados por militantes socialistas, anarquistas, reformistas e sindicalistas revolucionários.

Destacou-se no movimento de 1913 a realização do “comício monstro”, cuja presença foi de 10 mil pessoas, e que contou com a participação de associações de trabalhadores dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e do próprio Rio de Janeiro.

Segundo o que consta no relatório da COB, após o esvaziamento das lutas, e sem a conquista de medidas oficiais voltadas para a superação da carestia, as vistas da associação e de seus militantes voltaram-se para a realização do Segundo Congresso. Confirmando essa informação, foram oradores nos comícios contra a carestia e também tomaram parte como delegados no Segundo Congresso Operário Brasileiro, 14 trabalhadores, dentre eles, Cecílio Villar, Joaquim dos Santos Barbosa, Candido Costa, Antonio Moreira, Rozendo dos Santos, Caralampio Trillas e Joaquim Pinto Leal Junior (ALVES, 2014, p. 94).

O arrolamento dos comícios feito em minha pesquisa de mestrado indica que em 1913, entre fevereiro e abril, foram organizados 29 comícios públicos de protesto contra a carestia (ALVES, 2014, p. 82). Esse número supera os 13 levantados por Carlos Fico em sua pesquisa de mestrado (FICO, 1989), bem como os 15 apresentados por John Foster Dulles no livro *Anarquistas e Comunistas no Brasil* (1977).

A distribuição entre os organizadores foi a seguinte: a parceria FORJ/COB promoveu 16; o Comitê de Agitação Contra a Carestia 9; a Sociedade Fraternidade e Progresso conduziu 3; a Liga do Operariado do Distrito Federal 1.

### **1917: as lutas contra a carestia antecedem as greves de julho**

Os últimos anos da Primeira Guerra Mundial e os primeiros do pós-guerra foram marcados por um ciclo de agitação social global. Os países beligerantes, como todos os contextos nacionais afectados pela destabilização da economia, foram palco de levantamentos populares contra os açambarcamentos e a carestia de vida e de uma onda de greves com uma adesão inédita (PEREIRA, 2014).

Embora as condições de consumo dos/as trabalhadores/as fossem precárias, e o desemprego contribuísse para a ampliação da desigualdade social, foi somente após a recuperação da produção industrial, em começos de 1917, decorrente dos impactos da Primeira Guerra Mundial nas importações, que o poder de negociação dos/as trabalhadores/as cresceu (LOBO, 1985, p. 69). Em função disso, a crítica a carestia, já expressiva na imprensa, novamente tomou as ruas com protestos realizados a partir dos comícios.

As primeiras movimentações se deram já no mês de janeiro. A FORJ divulgou uma nota em *A Época* que informava a realização de uma “reunião popular”, em que seriam “convocadas as classes e associações operárias” da capital federal para preparação das lutas contra a carestia (*A ÉPOCA*, 09/01/1917, p. 5).

Dessa vez, a novidade nos protestos se deu a partir da composição dos *subcomitês de bairros*, concentrados na região suburbana da cidade do Rio de Janeiro (Madureira, Vila Isabel, Engenho de Dentro e Gávea). A realização de *séries dominicais de comícios* (três a quatro comícios no mesmo dia) também foi uma novidade. Na noite de 17 de janeiro, na sede da FORJ, situada a Praça Tiradentes, 71, os membros dos subcomitês de bairros foram escolhidos secretamente, uma vez que os militantes descobriram a presença de policiais à paisana na reunião. Ficou deliberado, ao mesmo tempo, que se comporia um manifesto “expondo a situação precária a que se acham reduzidas todas as classes trabalhadoras” (*A ÉPOCA*, 18/01/1917, p. 3).

Em 20 de janeiro foi distribuído pelas ruas do Distrito Federal um convite:

AO POVO! Neste momento doloroso para as classes laboriosas, que se conservam em mera expectativa, vendo a fome invadir-lhe os lares, torna-se urgente deixarmos essa apatia e irmos para o campo da luta pela existência, fazendo valer os nossos direitos de produtores da riqueza social. O momento é de verdadeira angústia e o povo precisa lutar antes que a exorbitância dos

impostos nos mate à fome. Convidamos, pois, o povo em geral a comparecer domingo, 21, às 14 horas, na sede da Federação Operária, à Praça Tiradentes, 71, para protestar contra a carestia de vida. – O Comitê (A ÉPOCA, 21/01/1917, p. 1).

21 de janeiro. Três da tarde. Na sede da FORJ encontrava-se presente “grande assistência”. Todos acompanhavam a reunião popular interessada em estabelecer as bases para a campanha contra a carestia.

A mesa foi constituída pelos trabalhadores Maximiano de Macedo, José Maria Esteves e Modesto Ruas. Maximiano de Macedo, secretário da FORJ, logo procedeu a leitura de telegramas e cartas de solidariedade enviadas ao Comitê Central de Agitação Contra a Carestia. Dentre elas a assinada por Manoel Terceiro, do Centro dos Chauffeurs, que lamentava não poder participar da reunião, em “obediência ao chefe de polícia”. Anarquistas de Belo Horizonte também telegrafaram em apoio à FORJ. O primeiro orador da reunião foi um representante do Centro Cosmopolita. A ele seguiu um representante do jornal *O Cosmopolita*, que criticou a postura do chefe de polícia, interessado em apavorar as associações operárias com o objetivo de que as mesmas se definissem como adversárias da FORJ. Em seguida o representante da Liga Federal dos Empregados em Padarias “disse lamentar que muitas associações operárias, neste momento, estejam sendo manobradas pela polícia e também por pessoas estranhas aos centros de trabalho, sem que essas resoluções saiam das assembleias gerais”. Em seguida falou João Gonçalves, que, de início, se declarou anarquista. Em referência à Primeira Guerra Mundial, ele disse que “não fazia apologia daqueles que têm a missão de assassinar para defender a burguesia”. Gonçalves “dissertou ainda sobre o socialismo e pediu para que ficasse bem patente que a presente agitação da Federação é contra a carestia dos gêneros de primeira necessidade”. Ao final de seu discurso, ele afirmou: “defender a própria existência também é um direito sagrado”. “Uma delirante salva de palmas” cobriu as últimas palavras do orador. Adiante falou um representante do Sindicato Operário de Ofícios Vários. Maximiano de Macedo, José Caiazzo (do Grupo Clarim, Jovens Libertários), Pedro Matera (que também participou das lutas contra a carestia em 1913) e Oswaldo Paixão (um acadêmico) também tomaram a palavra.

Particularmente, desta reunião resultou a proposta de organização das séries dominicais de comícios. Cinco *meetings* foram programadas, em pontos distintos da cidade, para 28 de janeiro próximo.

Foram representadas nessa reunião de preparação da campanha de 1917 as seguintes organizações: Sindicato dos Sapateiros; Sindicato Operário de Ofícios Vários; Centro Operário dos Marmoristas; Liga Operária dos Empregados em Padarias; Grupo Jovens Libertários; Centro dos Carregadores do Distrito Federal; Centro Cosmopolita; Subcomitê de Vila Isabel; União dos Oficiais Barbeiros; Sindicatos dos Operários em Pedreiras; Grupo Libertários de Cascadura; Sindicato dos Panificadores; jornal O Cosmopolita; Grupo Operário de Belo Horizonte (A ÉPOCA, 22/01/1917, p. 1-2).

Um convite foi distribuído pelos subúrbios:

Federação Operária do Rio de Janeiro – Convida-se o povo em geral para assistir aos comícios que se realizarão, hoje, domingo, 28, nos seguintes lugares: Madureira, às 14 horas, na estação; Engenho de Dentro, às 17 horas, na estação; Vila Isabel, às 16 horas, Praça 7; Gávea, às 16 horas, na Ponte das Taboas. Por isso, pede-se ao povo que acorde, para que não se deixe morrer de fome. Abaixo aos impostos! Abaixo à carestia de vida! (A ÉPOCA, 28/01/1917, p. 1).

No comício realizado em Madureira, a assistência era de aproximadamente 800 trabalhadores/as, que, a partir das três da tarde, acompanharam Valentim de Brito e Antonio de Oliveira discursarem. Na Ponte das Taboas, Gávea, às quatro da tarde encontrava-se o delegado João José de Moraes, com 10 Praças de cavalaria e 10 de infantaria. Não obstante a presença das forças de repressão, os trabalhadores José Romero, Joaquim Campos e Benedito Lima discursaram. Segundo o *Correio da Manhã*, “esses oradores ocuparam-se, sobretudo, da falta de assistência de operários no comício, fato que foi veementemente profligado”.

Na Praça Engenho de Dentro, a partir das quatro da tarde, 1.000 trabalhadores acompanharam Valentim de Brito, que havia chegado do comício em Madureira ocorrido há pouco, Bento Alves e Alvaro Silveira. Na Praça Sete de Março, no bairro de Vila Isabel, onde residia grande de número de operários/as em virtude das fábricas têxteis lá instaladas, Manoel da Silva e Henrique Castanheda foram os oradores. Ambos

“formularam violentos protestos contra os homens do governo e contra os exploradores da bolsa do proletariado”. O policiamento constava de 10 soldados de infantaria, 10 de cavalaria, 20 guardas civis e alguns agentes de polícia. Além disso, o 2º delegado auxiliar percorreu de automóvel todos os pontos onde se realizaram comícios naquele dia. Madureira, Gávea e Engenho de Dentro inauguraram, assim, a série de comícios dominicais promovidos pela FORJ (CORREIO DA MANHÃ, 29/01/1917, p. 3).

No Estácio de Sá, às cinco da tarde de 31 de janeiro, “a despeito da calidez da temperatura e de não ser também o local apropriado para tal fim”, regular concorrência compareceu ao novo comício promovido pela FORJ. “Alguém se lembrou de arranjar uma escada e assim foi, de pronto, improvisada uma tribuna, tendo então começado o ‘meeting’”. O primeiro orador foi Maximiano de Macedo. Seu discurso iniciou “historiando longamente o estado a que se acha reduzida a classe dos trabalhadores em geral, o que contrasta com a opulência ostentada pelos privilegiados”. Disse que havia vários armazéns abarrotados de mercadorias, que lá ficariam até apodrecer se for preciso, uma vez que a intenção era gerar especulação. Maximiano de Macedo questionou: “Por que o governo não obriga esses especuladores a venderem as suas mercadorias, como o deviam fazer, se não quisessem esfolar o povo?!”. O orador também disse que pouco lhe importava morrer a “balas da polícia”, uma vez que tinha consciência de que cumpria o seu “sagrado dever”, e destacou que falava ao “povo” “como um português que foi obrigado a fugir de sua terra para não morrer de fome”. Azevedo Machado foi o segundo orador. Seu discurso estava escrito, e foi lido com “muita calma e eloquência, logrando, por vezes, arrancar francos aplausos à assistência”. Machado destacou: “A sociedade que não cumpre com a justiça é um agregado do despotismo”. Azevedo Machado ainda lembrou que o governo dava 60 contos de réis aos grupos carnavalescos para a preparação do carnaval, enquanto os trabalhadores sobreviviam com dificuldades severas. Vicente Ferreira falou em seguida, recordando “belas estrofes de Castro Alves, sendo vivamente aplaudido”. Às seis e meia da tarde o *meeting* foi concluído (A ÉPOCA, 01/02/1917, p. 1).

Alguns elementos, em virtude da sua importância na dinâmica da campanha em desenvolvimento, merecem ser comentados. Em primeiro lugar, diferente do que ocorrera no movimento de 1913, a presença de associações e de trabalhadores que se autodeclararam anarquistas é maior. Esse fator indica, tal como a historiografia tem demonstrado nos últimos anos, que havia uma forte presença de militantes anarquistas nas associações de trabalhadores do Rio de Janeiro no começo do século XX, com destaque para o período de seu auge, durante o ciclo de greves que tomou os grandes centros industriais do país entre 1917 e 1920 (FAUSTO, 2006; GOMES, 1988; MARAM, 1979; ADDOR, 1986; SAMIS, 2002; TOLEDO, 2004; MATTOS, 2008; OLIVEIRA, 2009). Maior também foram as medidas repressivas tomadas contra os militantes e as campanhas. Comícios no Largo de São Francisco de Paula, região central da cidade, foram proibidos. Declarações intimidadoras do Chefe de Polícia contra os sindicatos dos trabalhadores eram recorrentes.

Uma das lideranças da campanha, Maximiano de Macedo, dirigente da FORJ, é exemplar da forte presença portuguesa na classe trabalhadora do Rio de Janeiro e nas fileiras do movimento operário da cidade, ao lado, sobretudo, dos trabalhadores nacionais, em sua maioria negros e/ou pardos.<sup>4</sup>

Referências que indicam uma autoimagem dos trabalhadores em termos de classe também foram comuns. Os conceitos “proletariado”, “classe dos trabalhadores em geral” e “classe trabalhadora” apareceram, com maior frequência, nos discursos dos militantes, em oposição aos interesses dos “homens do governo”, da “burguesia” e dos “exploradores da bolsa do proletariado”.<sup>5</sup>

Outra questão instigante é a referência, no discurso de um dos oradores, ao poeta e romancista Castro Alves (1847-1871). Em algumas de suas obras esse autor criticou

---

<sup>4</sup> É oportuno lembrar, conforme identificou Eulália Lobo, que imigrantes portugueses, ao lado dos nacionais compuseram, em sua imensa maioria, a força de trabalho na cidade do Rio de Janeiro no período (1981, p. 302).

<sup>5</sup> São em situações como essas, ou seja, nas ações coletivas em que os interesses individuais e corporativos são sobrepostos pelos coletivos, e a reivindicação do caráter de classe e da luta de classes é expressa, que a classe trabalhadora aparece como uma realidade histórica. Ver: (BATALHA, 2006, p. 172-173).

as opressões sociais de sua época. Provavelmente em função delas ele foi lembrado naquele contexto, em que, embora escravidão já estivesse abolida, as opressões às classes subalternas mantinham-se de forma muito dura, especialmente o preconceito racial contra os trabalhadores/as negros/as.

Novos comícios realizaram-se nos dias 11 e 25 de fevereiro, e nos dias 4, 11 e 18 de março, considerando a realização de três manifestações ao mesmo dia em algumas regiões (ALVES, 2014, p. 118-119).

Entre os meses de janeiro e abril de 1917 ocorreram comícios nos seguintes locais: Região central: Praça Onze, Praça do Senado, Praça Arcos e Praça da Harmonia; Região distante do centro em que havia empresas privadas: Estácio de Sá, Benfica, São Clemente, Laranjeiras, Vila Isabel e Gávea; Região suburbana cortada pela Estrada de Ferro Central do Brasil: Engenho de Dentro, Piedade, Cascadura, Madureira, Bangu e Santa Cruz; Região suburbana cortada pela Estrada de Ferro Leopoldina Railway: Ramos.

Por meio da elaboração de um manifesto, assinado por associações de trabalhadores em reunião na sede da FORJ, no dia 26 de março, levantou-se a proposta de realização de um grande comício contra a carestia. A data escolhida para a manifestação foi 1º de Maio de 1917. Cito o documento integralmente, em função de sua relevância para a compreensão do contexto:

Realizando o grande comício a Federação Operária do Rio de Janeiro tem em vista organizar o proletariado em geral para, de acordo com os seus princípios, preparar-se para as lutas de ação direta das nossas reivindicações, sendo o seu programa: a) a jornada de 8 horas, aumento de salário e fixação de salário mínimo; b) a abolição do trabalho infantil nas fábricas e oficinas; c) equiparação do salário da mulher ao do homem; d) responsabilidade dos patrões nos acidentes de trabalho; e) a higiene, ventilação e luz nas fábricas, oficinas, cozinha de hotéis, padarias e em todos os departamentos de trabalho; f) diminuição de 30% nos aluguéis das casas; g) criar escolas racionalistas; h) diminuição dos preços nos meios de locomoção, tanto terrestre como fluvial; i) diminuição imediata nos preços dos gêneros de primeira necessidade; j) pagamento pontual nas fábricas, nas oficinas e em todos os departamentos de trabalho; k) combater o álcool; Conseguiremos tudo isto?! Sim! Quando todos os trabalhadores tiverem a compreensão exata da necessidade inadiável de organizarem-se em sindicatos profissionais de

resistência, para unidos em uma só comunhão de ideias construirmos a barreira indestrutível e preciosa para a emancipação completa da humanidade. Avante, pois, trabalhadores! Uni-vos porque a União faz a Força! Viva a solidariedade dos trabalhadores! Viva a emancipação social. Viva a Liberdade.

Federação Operária do Rio de Janeiro, Liga F. dos Empregados em Padaria, Sindicatos dos Sapateiros, Sindicato de Ofícios Vários, Centro Operário dos Carmoristas, Centro Cosmopolita, Sindicato Operário de Pedreiros, Centro dos Carregadores do D. Federal, União dos Oficiais de Barreiro, Grupo dos Jovens Libertários, Associação dos Empregados das Capatazias da Alfandega (CORREIO DA MANHÃ, 26/03/1917, p. 2).

Esse documento é uma boa fonte para o debate de uma questão relevante na historiografia da classe operária na Primeira República: as assimilações e distinções entre as correntes políticas do movimento operário. Escrito na assembleia realizada na sede da FORJ em 26 de março, o manifesto em questão contém uma pauta marcadamente classista. Nela reivindicou-se melhores condições de consumo, salário mínimo, equiparação salarial entre homem e mulher, pagamento em dia, jornada de trabalho de oito horas, a responsabilização dos patrões pelos acidentes de trabalho e a abolição do trabalho infantil. Mas não somente isso. O “Manifesto de 26 de Março” também apresenta demandas propriamente anarquistas, como a criação de escolas racionalistas e o combate ao alcoolismo.

Nesse sentido, a combinação de alguns princípios anarquistas, com a propaganda sindical, com as lutas por direitos sociais, e com o desejo de emancipação social expressa nesse manifesto, representa em alguma medida a “mistura” entre os libertários e a prática sindical, visível em algumas experiências importantes do sindicalismo revolucionário na cidade do Rio de Janeiro no começo do século XX.

Em 1917, entre os meses de janeiro e abril, foram promovidos 33 comícios, com vistas a lutar pelo reconhecimento de direitos sociais e melhores condições de consumo e a fazer a propaganda dos sindicatos de resistência. Milhares de trabalhadores/as participaram das manifestações convocadas pelos militantes. O destaque, no interior dessa campanha, deu-se com a celebração do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, que

contou com 20 mil presentes no comício realizado na Praça do Senado (CORREIO DA MANHÃ, 26/3/1917, p. 2.).

### **Considerações finais**

Se comparados com o movimento de 1913, os comícios de 1917 cobriram uma parte mais ampla da cidade. Isso em função da série dominical e da organização dos subcomitês de bairro, como os de Vila Isabel, Engenho de Dentro, Madureira e Gávea. A FORJ teve uma parcela de contribuição significativa na condução da campanha de 1917, expressa na organização dos comícios, reuniões, assembleias e discussões que foram promovidas em sua sede, situada a Praça Tiradentes, 71.

Para o movimento operário, as lutas travadas legaram uma considerável contribuição. “Os movimentos germinam em toda parte”, afirmava um boletim publicado em *A Época*. A União Geral da Construção, a União Operária de Vila Isabel e a União dos Operários das Fábricas de Tecidos da Gávea foram alguns dos sindicatos reorganizados após a campanha contra a carestia (A ÉPOCA, 01/04/1917, p. 5).

Nesse trabalho, busquei argumentar que as campanhas contra a carestia fizeram-se como lutas por direitos. A pressão vinda das ruas, nos mais de 60 comícios organizados, somou forças às demais lutas, como as greves, que encontravam-se interessadas na criação das leis sociais ou no reconhecimento patronal dos direitos pleiteados. A cidadania, entendida como o conjunto dos direitos civis, políticos e sociais não se ganha. Ela se conquista. E em função disso, as campanhas contra a carestia seguramente contribuíram para o reconhecimento posterior dos direitos de cidadania a partir dos comícios organizados, que tomaram as páginas dos principais jornais diários, e também as ruas, praças e largos de várias regiões do Distrito Federal.

Sabemos que a valorização do trabalho e do trabalhador foi um legado de natureza cultural deixado pelo movimento operário na Primeira República brasileira (GOMES, 1988). As campanhas contra a carestia foram parte dessa experiência. É o que nos informa o próprio movimento: “não há dúvida que os trabalhadores compenetraram-

se de que só podem ser fortes quando unidos; que só podem defender firmemente os direitos quando fortes” (A ÉPOCA, 01/04/1917, p. 5).

### Referências Bibliográficas

- ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- ALVES, Kaio César Goulart. **Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)**. Dissertação de Mestrado em História. Mariana, MG: UFOP, 2014.
- BATALHA, Claudio H. M (orgs.). **Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro dos século XIX aos anos 1920, militantes e organizações**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- BATALHA, Cláudio H. M. **“Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano 2. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FICO, Carlos. **Cidade capital: abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro, 1890-1945**. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, UFF, 1989.
- GOMES, Angela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.
- GOMES, Flavio dos Santos; CUNHA, Olívia Maria Gomes da (orgs.). **Quase Cidadão: Histórias e Antropologias da Pós- Emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- HALL, Michael M e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). **A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)**. Vol. 1. Condições de vida. São Paulo: Brasiliense/Alfa Ômega, 1979.
- LINHARES, Hermínio. **Contribuição à história das lutas operárias no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer e STOTZ, Eduardo Navarro. Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário: 1880-1930. **Revista do Rio de Janeiro**, v. 1. N. 1, Niterói, 1985, p. 61-86.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró. MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca.** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

\_\_\_\_\_. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 1, n.1, janeiro-junho de 2009, p. 51-64.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).** Tese de doutorado em História. Niterói, UFF, 2009.

PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920. **Ler História** [Online], 66, 2014, pp. 44-55.

RIBEIROS, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. **Tempo**, 2009, vol.13, no.26, p.101-117.

RODRIGUES, Edgar. **Nacionalismo e cultural social.** Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1972.

SAMIS, Alexandre. **Clevelância: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil.** São Paulo: Imaginário, 2002.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TERRA, Paulo Cruz. Greve como luta por direitos: as paralisações dos cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 34, nº 68, p. 237-251, 2014.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro e JESUS, Ronaldo Pereira de. “**A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil**”. In: FERREIRA, Jorge e FILHO, Daniel Aarão Reis (orgs.). *As esquerdas no Brasil.* Vol. 1. A formação das tradições. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Leis sociais e cidadania na Primeira República: o direitos de associação. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História.** Anpuh, São Paulo, Julho 2011.

### Fontes

Periódicos:

*Correio da Manhã.* Rio de Janeiro. Exemplares de 1913-1917.

*A Época.* Rio De Janeiro. Exemplares de 1913-1917.

*A Voz do Trabalhador.* Rio de Janeiro. Exemplares de 1913.